



CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO ADG-09/2024

“Aquisição de Serviços Técnicos de monitorização da fase de arranque da ETAR de Sátão”

ÍNDICE

Parte I – Cláusulas Jurídicas

- Cláusula 1ª – Objeto
- Cláusula 2ª – Contrato
- Cláusula 3ª – Prazo de Execução de Contrato
- Cláusula 4ª – Obrigações principais do Prestador de Serviços
- Cláusula 5ª - Objeto do Dever de Sigilo
- Cláusula 6ª - Prazo do Dever do Sigilo
- Cláusula 7ª – Preço contratual
- Cláusula 8ª - Condições de pagamento
- Cláusula 9ª – Aceitação do Serviço Prestado
- Cláusula 10ª - Penalidades contratuais
- Cláusula 11ª - Força maior
- Cláusula 12ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sátão
- Cláusula 13ª - Resolução por parte do Prestador de Serviços
- Cláusula 14ª - Foro competente
- Cláusula 15ª - Subcontratação e cessão da posição contratual
- Cláusula 16ª - Comunicações e notificações
- Cláusula 17ª - Contagem dos prazos
- Cláusula 18ª - Legislação aplicável

Parte II – Especificações Técnicas

- Cláusula 19ª – Enquadramento
- Cláusula 20ª – Metodologia da Prestação de Serviços
- Cláusula 21ª – Equipa de Trabalho
- Cláusula 22ª – Exclusões

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços técnicos de monitorização da fase de arranque da ETAR de Sãtão, em conformidade com as especificações técnicas constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2ª - Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª – Prazo de Execução do Contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da data de assinatura do mesmo, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II
Obrigações contratuais
Obrigações do Prestador de Serviços
Disposições gerais

Cláusula 4ª - Obrigações Principais do Prestador de Serviços

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar os serviços nos termos do disposto na Parte II do presente Caderno de Encargos e de acordo com os prazos previstos;
- b) Obrigação de garantir a concretização dos serviços identificados na sua proposta;
- c) Obrigação de respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor.

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5ª - Objeto do Dever de Sigilo

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sátão, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou entidades administrativas competentes.

Cláusula 6ª - Prazo do dever do Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Obrigações da Câmara Municipal de Sátão

Cláusula 7ª - Preço Contratual

- 1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sátão deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada.
- 2- O preço referido no número anterior **não pode, em qualquer caso, ser superior a 13.500,00€ (treze mil e quinhentos euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 3- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sátão, nomeadamente quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8ª - Condições de Pagamento

- 1 – A quantia devida pelo Município de Sátão, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga mediante apresentação de fatura, a qual só poderá ser emitida após receção da Requisição Externa passada pelo Município de Sátão.
- 2 -O pagamento será **dividido em seis prestações mensais, no valor de 2.250,00€ (dois mil duzentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.**
- 3 – Desde que devidamente emitida e observado o disposto no nº1, a fatura será paga através transferência bancária.
- 4 – Em caso de discordância, por parte da Câmara Municipal de Sátão, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 9ª – Aceitação do Serviço Prestado

- 1 – A prestação de serviço deve ser efetuada em perfeita conformidade com o presente Caderno de Encargos e nas demais condições contratuais estipuladas.
- 2 – Se a prestação de serviços não for executada no prazo e com os requisitos estabelecidos por razões imputáveis ao adjudicatário, a entidade pode:
 - a) Exigir que os trabalhos decorrentes da prestação de serviços sejam corrigidos de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos, num prazo a acordar entre as partes, sem quaisquer ónus ou encargos imputáveis à Entidade Adjudicante;
 - b) Rescindir o contrato sem quaisquer ónus ou encargos à Entidade Adjudicante.

Capítulo III

Penalidades contratuais e Resolução

Cláusula 10ª - Penalidades Contratuais

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Sátão pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
- 3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Sátão tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 4 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Sátão exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11ª - Força Maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é considerado incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 – Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 12ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sátão

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na Lei, a Câmara Municipal de Sátão pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no incumprimento das especificações técnicas estabelecidas no presente Caderno de Encargos, bem como as condições previstas na proposta adjudicada;

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Câmara Municipal de Sátão.

Cláusula 13ª - Resolução por parte do Prestador de Serviços

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa dias) ou o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros;

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 14ª.

3 – Nos casos previstos no nº1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal de Sátão, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 14ª - Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 15ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16ª - Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18ª - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa em vigor.

Parte II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 19ª – Enquadramento

Nos elementos de exploração de Estações de Tratamento de Águas Residuais enquadram-se várias componentes que se consideram fundamentais para o sucesso de toda a operação de tratamento, nomeadamente, o Controlo Analítico, o Controlo Processual, o Programa de Operação e o Plano de Manutenção.

O Controlo Analítico é uma componente importante para a definição do Plano de Controlo Analítico a implementar na ETAR. Nele também se definem os métodos analíticos a utilizar e as características da amostragem.

O Controlo Processual é igualmente um instrumento indispensável na operação diária de uma ETAR, uma vez que a eficiência e a qualidade final da água residual tratada depende do modo como este controlo é efetuado.

Assim, o presente Caderno de Encargos compreende as Cláusulas que definem os aspetos de execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por Ajuste Direto, que tem por objeto principal a prestação de serviços com vista à organização das atividades de operação e manutenção, à metodologia de controlo, à organização das atividades e dos procedimentos para cumprimento da legislação em vigor em

matérias de Ambiente e HSST e à constituição e organização da equipa técnica, sendo estes componentes fundamentais para o sucesso de toda operação de tratamento.

Cláusula 20ª – Metodologia da Prestação de Serviços

1. Organização da Prestação de Serviços

1.1. A prestação de serviços deve adotar uma metodologia de trabalho que permita uma racionalização e otimização de recursos através da implementação de soluções integradas e economicamente eficazes, garantindo a correta operação e conservação das infraestruturas e dos equipamentos, salvaguardando o pleno funcionamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais.

1.2. A prestação de serviços deverá ser realizada na **ETAR de Sátão** cujos processos de tratamento de águas residuais consistem no seguinte:

Duas Linhas de Tratamento:

- Tratamento de Efluentes Domésticos (Tratamento Preliminar + Tratamento Biológico em Sistema de Lamas Ativadas, em Regime de Arejamento Prolongado, em Dois Reactores do Tipo SBR);
- Tratamento de Efluentes de Fossas Sépticas (Tratamento Preliminar + Equalização + Elevação para Linha de Tratamento de Efluentes Domésticos).

2. Atividades associadas à Prestação de Serviços

2.1. Os serviços de operação e manutenção devem incluir as seguintes atividades:

- Garantir o correto funcionamento dos sistemas elevatórios de águas residuais e das diversas etapas dos sistemas de tratamento, através da implementação de rotinas baseadas no estabelecimento de procedimentos padrão de inspeção, verificação, registo e atuação;
- Garantir a evolução contínua dos processos de tratamento, com a implementação de ferramentas de gestão associadas a um plano de controlo analítico rigoroso e, atuar no caso de serem detetadas não conformidades;
- Garantir o cumprimento dos planos de amostragem e controlo analítico apoiados em meios técnicos e humanos capazes;
- Verificar a conformidade dos valores limites de descarga no meio recetor;
- Verificar as eficiências da ETAR e das diversas fases de tratamento;
- Verificar e manter a instrumentação dos sistemas de bombagem e dos diversos processos de tratamento;
- Garantir a Segurança, Higiene e Saúde dos trabalhadores, através da aplicação de um programa de prevenção de riscos profissionais;
- Garantir a ligação transversal das diversas áreas de atuação intervenientes na exploração dos sistemas de saneamento básico;
- Garantir a gestão dos sistemas de informação (*registos, manuais, procedimentos, ordens de trabalho, planos e relatórios*);
- Apoiar e cooperar com o Município de Sátão em ações de sensibilização e educação ambiental.

2.2. A equipa de exploração a afetar à ETAR deverá elaborar e manter devidamente atualizada uma base de dados dos registos de operação e manutenção. Estas informações deverão integrar, pelo menos, os seguintes dados:

- Registo de caudais e volumes;
- Registo periódico da informação disponibilizada pela instrumentação de campo (*níveis, temperatura, pH, Redox, OD, MLSS*);
- Registo dos consumos de energia e de água;
- Registos dos quantitativos de resíduos resultantes do tratamento (*gradados, areias óleos e gorduras e lamas*) e das restantes atividades (*manutenção, controlo analítico, etc.*);
- Registo do funcionamento dos equipamentos electromecânicos;
- Dificuldades ou anomalias surgidas na operação dos equipamentos eletromecânicos, mecânicos, elétricos, instrumentação e comando.

2.3. Sempre que os afluentes à ETAR contiverem substâncias perturbadoras ou inibidoras dos processos de tratamento, o prestador de serviços deve comunicar de imediato ao Município de Sátão, indicando quais as medidas a adotar para evitar que a situação se repita.

2.4. O prestador de serviços deverá submeter ao Município de Sátão, durante o período de exploração, um relatório mensal, até ao dia 20 do mês seguinte ao que respeita, com indicação do resultado da implementação do programa analítico, boletins de análises, caudais afluentes, energia e água consumida, quantidades de resíduos produzidos e destino final dos mesmos, intervenções realizadas, sugestões de melhoria de desempenho das infraestruturas e demais informações consideradas convenientes e pertinentes para o bom funcionamento da ETAR.

3. Controlo Analítico

O controlo analítico é determinante para a avaliação do controlo de qualidade da água residual por tratar e tratada, das eficiências das várias etapas e do desempenho geral das infraestruturas e dos parâmetros ambientais dos diferentes processos de tratamento.

Assim, o plano de controlo analítico deve permitir:

- Atuar em tempo útil nos parâmetros que condicionam os processos de tratamento;
- Conhecer a variação das características dos efluentes nas diferentes etapas de tratamento, através da realização do número e tipo de análises necessários e convenientes;
- Permitir a realização de um levantamento estatístico, através do estudo dos resultados obtidos, que traduza o processo de tratamento que ocorre na ETAR ao longo do tempo;

- Garantir o cumprimento da Licença de Utilização de Recursos Hídricos para Rejeição de Águas Residuais, emitida pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente.

3.1. O prestador de serviços deve garantir o controlo processual e analítico dos parâmetros descritos no quadro seguinte:

Quadro I: Controlo Analítico

Parâmetro	Unidade	Entrada da ETAR (I)	Reator Biológico	Saída da ETAR (I)
pH	Sor.	Diário	Diário	Diário
Temperatura	°C	Diário	Diário	Diário
Oxigénio Dissolvido	mgO ₂ /L	-	Diário	-
Potencial Redox	mV	-	Semanal	-
IVL	mg/L	-	Semanal	-
CBO ₅	mg/L	Quinzenal	-	Quinzenal
CQO	mg/L	Quinzenal	-	Quinzenal
SST	mg/L	Quinzenal	-	Quinzenal
SSV	mg/L	-	Quinzenal	-
Azoto Total	mg/L	Mensal	-	Mensal
Fósforo Total	mg/L	Mensal	-	Mensal

(I) – Amostra composta 24 horas

4. Manutenção

A manutenção preventiva mecânica e elétrica permite conservar o conjunto das condições necessárias ao funcionamento correto dos equipamentos e manter, no tempo, os seus rendimentos previstos.

A manutenção compreende as seguintes operações principais:

- Lubrificação: controlo do nível e qualidade do óleo, reposição do nível do óleo, esvaziamento, reposição e mudança de massas lubrificantes;
- Manutenção mecânica: controlos (apertos, folgas, estanquicidade), substituição de filtros, controlo da tensão das correias, verificação de órgãos de segurança, limpeza e despoeiramento, envio para revisão, verificação de desgaste, substituição de pequenas peças e acessórios, manobras sistemáticas, ensaios, etc.;
- Manutenção elétrica: controlos (isolamentos, estatores, casquilhos, escovas, proteções, amperagem, aquecimento, detetores de posição), limpeza de contactores, ensaios de automatismos, despoeiramento de armários, verificação/manutenção, controlo de ligações, regulação de limitadores de esforço, controlo de segurança, etc.

4.1. As operações descritas anteriormente devem ser efetuadas de acordo com um plano previamente definido, em função das condições de utilização das máquinas ou outros equipamentos. Para o efeito, a equipa de exploração deverá dispor de:

- Conjunto de planos, notas técnicas, esquemas elétricos e instruções de funcionamento dos equipamentos existentes e;
- Características detalhadas de cada equipamento ou aparelho.

4.2. Na fase inicial de operação e manutenção, o prestador de serviços deve elaborar um Plano de Manutenção detalhado e adequado às condições encontradas nas instalações.

No Quadro seguinte apresenta-se um resumo indicativo de revisões de manutenção e a sua periodicidade.

Tarefa	N.P.	SE	M	T	S
Limpeza interior (decorrente da manutenção)	X				
Inspeção geral		X			
Comprovação de ruídos, vibrações e temperaturas		X			
Inspeções de funcionamento		X			
Comprovação da ventilação		X			
Controlo dos níveis de óleo		X			
Controlo de acoplamentos e alinhamentos		X			
Limpeza exterior			X		
Controlo das caixas de rolamentos			X		
Controlo dos alarmes e paragens de emergência			X		
Controlo de tensões e fricções			X		
Controlo de empanques e buçins			X		
Inspeções das placas de base			X		
Controlo do aquecimento dos cabos			X		
Controlo dos contactos			X		
Controlo de estanquidade				X	
Funcionamento dos fins de curso				X	
Limpeza interior dos quadros				X	
Mudança de óleo (depende do equipamento)					
Lubrificação (depende do equipamento)					
Comprovação da carga elétrica					X
Comprovação dos isolamentos					X
Revisão de ligações					X
Revisão de válvulas					X
Comprovação de medidas					X
Inspeção das estruturas metálicas					X

Legenda: NP – Não Programado; SE – Semanal; M – Mensal; T – Trimestral; S – Semestral

5. Gestão de Resíduos

A atividade de exploração de sistemas de tratamento de águas residuais, pela sua natureza, origina um conjunto variado de resíduos, direta e indiretamente ligados ao tratamento de águas residuais, que importa gerir e controlar. Desta forma, tendo em consideração a política de gestão de resíduos seguida pelo Município de Sátão, o prestador de serviços deverá gerir corretamente os resíduos produzidos nas infraestruturas, durante as ações de operação e manutenção, de acordo com a legislação em vigor.

Os resíduos gerados na atividade de exploração dos diversos subsistemas poderão ser agrupados em três tipos diferentes, em virtude da sua origem:

- Resíduos associados ao processo de tratamento (*gradados, areias, gorduras e lamas*);
- Resíduos associados à atividade de exploração e manutenção (*óleos usados, equipamento elétrico e electrónico, lâmpadas, materiais ferrosos e não ferrosos, etc.*);
- Resíduos sólidos urbanos (*RSU*).

5.1. Todos os resíduos produzidos no decorrer da operação e manutenção da ETAR deverão ser recolhidos, armazenados em contentores próprios, identificados por código LER e posteriormente encaminhados para destino final adequado, com a respetiva guia de acompanhamento de resíduos.

5.2. O transporte e deposição final dos resíduos produzidos na ETAR serão da responsabilidade do Município de Sátão.

6. Qualidade, Ambiente e Segurança

A Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Responsabilidade Social do prestador de serviços deve contemplar as seguintes linhas de orientação:

- Satisfazer, avaliar e promover a satisfação do Município de Sátão, através do cumprimento dos requisitos contratuais, legislativos e normativos;
- Assegurar o cumprimento da legislação ambiental e prevenção da poluição, utilizando eficientemente as matérias-primas, energia e recursos naturais, de modo a promover a reutilização e reciclagem;
- Assegurar os recursos e condições necessárias e adequadas ao cumprimento da legislação sobre Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, avaliando e controlando continuamente os riscos para a saúde pública;
- Adotar um desempenho socialmente responsável, subscrevendo integralmente os Valores Éticos e o Código de Conduta do Município de Sátão.

7. Aplicação informática de gestão da operação e manutenção

O prestador de serviços deverá recorrer a uma aplicação informática que consiga garantir a boa gestão dos trabalhos associados à prestação de serviços (apoio à decisão, facilitação do conhecimento das atividades

associadas, capacidade de resposta....) e que permita acompanhar de modo contínuo e atualizado (on-line) o evoluir das operações.

8. Comunicação com a Entidade Gestora

O prestador de serviços deverá assegurar uma comunicação eficaz com o Município de Sátão, quer através de reuniões presenciais, quer através de e-mails, relatórios ou por contacto telefónico, tendo como propósito assegurar um processo de comunicação transparente e eficiente de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da prestação de serviços.

A comunicação entre as entidades durante todo o contrato deverá ser mantida permanentemente, através de:

- Manutenção de um registo de operação e inspeção atualizado;
- Elaboração dos Relatórios de Exploração mensais. Estes relatórios deverão apresentar toda a informação relevante sobre a operação e manutenção das infraestruturas objeto da presente prestação de serviços;
- Entrega de relatórios de ocorrência, sempre que seja detetada uma situação anormal, que exija um registo especial. Nestes relatórios deverão ser identificadas as causas que levaram à ocorrência, as suas consequências, assim como as medidas mitigadoras adotadas e as medidas a tomar para prevenir a repetição da ocorrência;
- Reuniões de exploração, com a presença do responsável da prestação de serviços, sempre que o Município de Sátão considere necessário.

Cláusula 21ª – Equipa de Trabalho

1. Dimensionamento da Equipa Técnica

A Equipa Técnica que irá prestar os serviços deverá possuir experiência profissional comprovada na área e um conhecimento detalhado de infraestruturas semelhantes à ETAR de Sátão.

Atendendo ao conjunto de serviços a prestar e o tipo de instalações a controlar, a Equipa Técnica deverá ser constituída pelos seguintes elementos:

- 1 Diretor de Exploração;
- 1 Técnico Eletromecânico.

2. Descrição das Funções por Posto de Trabalho

2.1. Diretor de Exploração:

- Deverá possuir no mínimo 5 anos de experiência profissional na área de exploração de sistemas de tratamento de águas residuais;
- Principais funções/tarefas/competências:
 - responsável direto nas relações com o Município de Sátão;
 - Supervisiona toda a documentação de trabalho e controla os sistemas de tratamento de águas residuais;

- Assegura a coordenação da prestação de serviços;
- Define a estratégia do tratamento e ajusta os parâmetros do processo, a fim de obter o rendimento eficaz das instalações;
- Estabelece o programa de recolha das amostras e as análises a efetuar para controlo do processo ou outro, assegurando o seu cumprimento;
- Organiza os planos de trabalho;
- Organiza todo o processo conducente ao controlo e ao registo de consumos (*eletricidade, água, consumíveis, etc.*);
- Proceda aos contactos necessários com os fornecedores com vista à encomenda dos consumíveis, de modo a assegurar a existência permanente de um "stock" mínimo que garanta o bom funcionamento das instalações;
- Assegura, sob a sua inteira responsabilidade, o respeito pelas normas de segurança;
- Organiza o programa de análises a realizar em laboratório exterior;
- Assegura a formação contínua dos recursos humanos do Município;
- Elabora os relatórios mensais.

2.2. Técnico Eletromecânico:

- Deverá possuir formação profissional em Eletricidade e experiência profissional na área da manutenção de equipamentos eletromecânicos.
- O Eletromecânico estará na dependência direta do Diretor de Exploração e terá como principais funções/tarefas/competências, as seguintes:
 - Define os planos de manutenção preventiva e de otimização dos equipamentos elétricos, mecânicos e de instrumentação;
 - Define, controla e executa os planos de lubrificação;
 - Assegura a gestão do armazém de consumíveis e do lote de peças de reserva;
 - Mantém o Diretor de Exploração permanentemente informado do estado e operacionalidade dos equipamentos e assegura o registo das intervenções.

3. Meios Técnicos de Apoio

Os meios técnicos de apoio devem ser subdivididos em:

- Meios técnicos associados ao *know-how* disponível através dos recursos humanos existentes para a prestação de serviços;
- Meios técnicos de apoio que poderão ser necessários à resolução de questões muito específicas, ligadas essencialmente à manutenção ou reparação de equipamentos. Para intervenções especiais, poderá haver necessidade de recorrer pontualmente à prestação de serviços de empresas especializadas, nomeadamente na área da eletricidade ou metalomecânica;

- Kit's de análises físico-químicas rápidas para utilização em situações de urgência. Destacam-se as análises a efetuar quando a ETAR recebe efluentes "estranhos" ou suspeitos de vir a provocar perturbação no tratamento ou nos equipamentos.

4. Formação Profissional da Equipa Técnica

Cada colaborador da equipa Técnica deverá ter uma formação inicial baseada nos seguintes conteúdos:

- Conceitos de Tratamento de Águas Residuais;
- Rotinas de Operação;
- Manutenção Eletromecânica;
- Recolha de Amostras;
- Higiene e Segurança no Trabalho.

O operador da ETAR deverá possuir os conhecimentos básicos que lhe permitam operar e manter corretamente as instalações e o equipamento.

Cláusula 22ª – Exclusões

Na prestação de serviços não estão incluídos os encargos com os trabalhos e materiais enumerados abaixo:

- Fornecimento de energia elétrica;
- Fornecimento de água;
- Fornecimento de reagentes;
- Transporte e destino final de lamas e resíduos produzidos;
- Trabalhos de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos existentes nas infra-estruturas;
- Todos os trabalhos, materiais, peças e componentes que não foram especificamente mencionados em Cláusulas anteriores.